



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM PSICOPEDAGOGIA
ESCOLAR – GEPPE**

IV CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR

**“O conhecimento psicopedagógico e suas interfaces:
compreendendo e atuando com as dificuldades de
aprendizagem”**



ANAIS DO EVENTO

ISSN: 2179-7978

09 A 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Os conteúdos dos textos são de responsabilidade de seus autores



A contribuição da Psicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado: o estudo de caso psicopedagógico de D. E. A.

Lorena Gracielle Silva

Graduada em Pedagogia - UFU
Especializada em Psicopedagogia Escolar - UFU
Cursando Pós em Educação Especial e Inclusão Educacional - UFU
Professora na Educação Infantil da PMU
Professora do AEE da PMU
lorinha_dani@yahoo.com.br

Palavras-chave: Psicopedagogia, atendimento educacional especializado e profissional do AEE.

Eixo Temático: 3. Atuação Psicopedagógica na escola.

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a contribuição da Psicopedagogia na educação e para o atendimento educacional especializado, tendo como referência prática e de experiência cotidiana o estudo de caso de um aluno atendido pelo AEE na rede Municipal de ensino em Uberlândia. Para fundamentar teoricamente este trabalho, voltaremos a um breve histórico acerca do surgimento da Psicopedagogia, uma análise sobre o profissional psicopedagogo e o histórico da Educação Especial na perspectiva Inclusiva para refletir sobre essa relação intrínseca e essencial da Psicopedagogia na formação do profissional que atua no atendimento educacional especializado.

A Psicopedagogia é uma das áreas da Ciência que pautada na Psicologia e Pedagogia, além de outras áreas do conhecimento como a Psicanálise, a Linguística, a Sociologia, a Fonoaudiologia e a Neurologia, pesquisam os problemas decorrentes do processo de ensino-aprendizagem. Por ser interdisciplinar, ela abrange um estudo holístico do homem, ou seja, a Psicopedagogia vai aprofundar sua investigação partindo de uma visão global do ser biológico, emocional, psicológico, cognitivo e afetivo que constitui o homem. Portanto, sua contribuição é de grande valia para o processo de ensino-aprendizagem, visto que seu objeto de estudo é justamente esse processo e como ele ocorre.

O público-alvo do atendimento educacional especializado engloba todos os alunos da educação básica e superior com deficiência física, intelectual, mental ou sensorial; alunos com transtornos globais do desenvolvimento, ou seja, espectro autista, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação; alunos com altas habilidades e superdotação.

O atendimento educacional especializado não é um serviço substitutivo à escolarização, é um atendimento especializado que visa atender às necessidades individuais, auxiliando essa população no acesso, permanência e inclusão na escola. O AEE engloba atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados, nesse sentido, para que o profissional possa direcionar seu trabalho da maneira mais assertiva o possível, conhecendo o aluno, suas potencialidades e dificuldades a serem superadas, necessita de um aporte da psicopedagogia bem como outras áreas do conhecimento.



A contribuição da Psicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado: o estudo de caso psicopedagógico de D. E. A.

Lorena Gracielle Silva

Graduada em Pedagogia - UFU
Especializada em Psicopedagogia Escolar - UFU
Cursando Pós em Educação Especial e Inclusão Educacional - UFU
Professora na Educação Infantil da PMU
Professora do AEE da PMU
lorinha_dani@yahoo.com.br

Palavras-chave: Psicopedagogia, atendimento educacional especializado e profissional do AEE.

Eixo Temático: 3. Atuação Psicopedagógica na escola.

Introdução

Para iniciar este artigo acerca da contribuição dessa área de conhecimento que a Psicopedagogia abrange e suas contribuições para a educação e para o atendimento educacional especializado, tendo como referência prática e de experiência cotidiana o estudo de caso de um aluno atendido pelo AEE na rede Municipal de ensino em Uberlândia, recorro a um breve histórico acerca do surgimento da Psicopedagogia, uma análise sobre o profissional psicopedagogo e o histórico da Educação Especial na perspectiva Inclusiva para refletir sobre a contribuição da Psicopedagogia na formação do profissional que atua no atendimento educacional especializado.

No Brasil, a partir da década de sessenta e setenta emergiu uma categoria de profissionais preocupados em buscar compreender, propor soluções para o fracasso escolar crescente nas escolas, verificados pelos altos índices de reprovação na primeira série do ensino fundamental (hoje 2º ano) e os elevados índices de evasão escolar. Os psicopedagogos surgem a partir dessa demanda objetivando serem profissionais diferenciados, embasados teoricamente nas diversas áreas do conhecimento capaz de um olhar amplo para o aprendiz e todos os fatores que interferem no processo de ensino-aprendizagem.

Entretanto, nesse período e até a década de oitenta, as investigações e intervenções propostas por esses profissionais não tinham esse caráter multidisciplinar e eram voltadas para sanar os sintomas que geravam “patologias”, fundamentados numa concepção organicista (relacionado ao aparato biológico do sujeito) e linear (sem conflitos), que encarava os sujeitos com dificuldades na escola sendo portadores de alguma disfunção psiconeurológica ou mental - em geral, vítimas de famílias menos favorecidas que geravam crianças doentes e com problemas de aprendizagem. Esses profissionais, adeptos à teoria da carência cultural que se manteve muito forte dos anos vinte aos anos sessenta nos discursos oficiais brasileiros,

reforçavam uma visão discriminadora e estigmatizada de que os problemas escolares eram consequência de alunos que não se adaptavam à disciplina e rotina escolar. A escola e o professor dificilmente apareciam como fatores da não-aprendizagem, e frequentemente as crianças que eram encaminhadas a profissionais da área médica recebiam uma linha medicamentosa de tratamento.

A partir da década de 80 é que a psicopedagogia foi se transformando em um campo de estudos multidisciplinar, resgatando uma visão mais globalizante do processo de aprendizagem e dos problemas decorrentes desse processo. As contribuições da Psicologia, Sociologia, Antropologia, Linguística, Pedagogia e outras áreas provocaram mudanças de análise acerca dos problemas de aprendizagem, hoje considerados como não-aprendizagem.

Atualmente, a psicopedagogia tem como característica fundamental ser uma área de estudos e de atuação que lida com o processo de aprendizagem humana. Ela também já se consolidou como uma área do conhecimento de natureza interdisciplinar que pode contribuir para o sucesso escolar, para a inclusão educacional e social na medida em que investiga, por meio do processo diagnóstico, as queixas apresentadas e propõe intervenção direta e indireta. Direta, quando propõe uma série de atividades juntamente com o sujeito que apresentou os sintomas e indireta, quando orienta professores e instituições escolares a compreender o processo de aprendizagem e como superar os desvios presentes nesse processo.

Importantes autores argentinos como Sara Pain, George Visca e Alicia Fernández, influenciaram o pensamento psicopedagógico do país, inicialmente com um caráter clínico como foi supracitado, mas hoje embasado numa visão mais holística tanto do sujeito como do processo de aprendizagem.

Hoje no Brasil, a *Associação Brasileira de Psicopedagogia* é uma importante referência para os profissionais da área, e surgiu da *Associação Estadual de Psicopedagogos de São Paulo*, em 1980 criada por um grupo de alunas do curso de *Reeducação Psicopedagógica do Instituto Sedes Sapientiae*. No início, a preocupação com a crescente demanda de alunos com dificuldades de aprendizagem e a falta de um profissional competente fez com que a diretora desse Instituto, na época Madre Cristina, propusesse a criação de um curso teórico-prático para preparar profissionais desenvolvendo uma identidade específica para esse profissional. Através dos encontros promovidos pela Associação, estreitou-se o relacionamento entre o grupo de psicopedagogos de todo o Brasil, tendo possibilitado a criação da *Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp)*.¹

¹ SCOZ, Beatriz; BARONE, Leda M.C. A Associação Brasileira de Psicopedagogia e a Constituição da Psicopedagogia no Brasil. Disponível em www.revistapsicopedagogia.com.br/download/74.pdf.

Como bem afirma Scoz (1994), após muitos congressos, encontros e estudos promovidos e realizados pela Associação, fica claro que a posição dessa entidade que é referência para todos os profissionais da área, é a de enfatizar a Psicopedagogia enquanto uma práxis, ou seja, que a ação efetiva desse profissional consista em um processo dialético de ação-reflexão-ação (ação esta refletida, analisada e transformada pelo pensamento fundamentada pela teoria) visando uma permanente busca pelo melhor caminho para encontrar as causas que impedem a aprendizagem de determinado sujeito e intervir no sentido de auxiliar todos os envolvidos na ação do ato de aprender. Dessa forma, essa área multidisciplinar é capaz de oferecer alternativas de intervenção visando uma transformação não só na melhoria de condições de aprendizagem para todos os envolvidos na práxis pedagógica direta, mas também para reverter o quadro dramático de fracasso escolar e ineficiência da escola brasileira.

Nos anos oitenta houve uma ampla revisão da literatura nacional e internacional sobre o fracasso escolar, sob um olhar mais atento para os fatores intra-escolares nas causas do problema e a maior parte das conclusões apontava para a inadequação da escola à realidade da clientela, não propondo, entretanto rupturas para transformar essa realidade.

É também na década de 80 que a Educação Especial ganha destaque importante no Brasil e em todo o mundo, em nosso país houve muitos avanços com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, inciso III, quando estabelece o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, mesmo que este artigo ainda tira a responsabilidade do estado em incluir e oferecer um ensino inclusivo abre possibilidades para a educação inclusiva.

É nesse contexto que o termo Educação Inclusiva surgiu especificamente na Conferência Mundial sobre Educação para todos, ocorrida em Jomtien, na Tailândia, em 1990. Acontecimento que propiciou firmar compromissos para as pessoas com deficiência no que diz respeito à igualdade de acesso à educação (Declaração Mundial sobre Educação para Todos). Em 1994 esse compromisso foi reafirmado na Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em Salamanca, Espanha.

No Brasil, tendo em vista a nova concepção de Educação Especial da Declaração de Salamanca, na perspectiva inclusiva, destaca-se o documento Política Nacional de Educação Especial formulado em 1994 pelo MEC. Este documento propunha-se estabelecer objetivos gerais e específicos referentes à “interpretação dos interesses, necessidades e aspirações de pessoas portadoras de deficiência, condutas típicas e altas habilidades”, modificando a terminologia de portador de deficiência para portador de necessidades especiais. Por meio

deste documento, o Ministério da Educação estabelece como diretrizes da Educação Especial, apoiar o sistema regular de ensino para a inserção de “portadores de deficiências”, e dar prioridade ao financiamento de projetos institucionais que envolvam ações de integração (MEC/SEED, 1994).

Outra mudança importante ocorrida no Brasil foi a promulgação da LDB 9394/96 que abre espaço em seu artigo 4º inciso III para o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino” (LDB 9394/96, artigo 4º inciso III). A partir dessa determinação, várias Leis, Decretos, Pareceres e Resoluções foram criados para dar sustentação e orientação de como esse ensino deverá ser organizado. No entanto, verifica-se na realidade escolar das escolas regulares um número cada vez maior de pessoas com deficiência se matriculando, porém continuam no interior da escola excluídos pela falta de preparação das instituições escolares e dos professores por desconhecerem as políticas públicas nacionais relacionadas com a Educação Especial e conseqüentemente ficam passivos e amedrontados frente a essa nova realidade.

Em 2008, o MEC publica o documento “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, documento elaborado pela Secretaria de Educação Especial Portaria n. 948/2007. Essa portaria possui como meta a ampliação do acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares.

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. (MEC/SEESP, 2008)

Em 2010, estabeleceu como termo mais adequado no que se refere ao público alvo do atendimento educacional especializado, o termo Pessoa com Deficiência, através da Resolução nº1 de 15/10/10 pelo CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com deficiência. Em 2011, o decreto 7611/11 dispõe sobre a organização do atendimento educacional especializado, e o público-alvo para atendimento. Ressaltando que o atendimento educacional especializado não é um serviço substitutivo à escolarização, é um atendimento especializado que visa atender às necessidades individuais, auxiliando essa população no acesso, permanência e inclusão na escola.

Portanto, diante de todo exposto, os objetivos da educação especial são amplos, e, para que sejam efetivamente na perspectiva da inclusão, exige uma formação profissional extensa,

em diversas áreas do conhecimento, como descreve *A política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva* de 2008:

O atendimento educacional especializado é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do Soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros.

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial. (MEC/SEESP, 2008)

O documento citado acima, estabelece que o profissional da educação especial necessita conhecer a Língua Brasileira de Sinais, o sistema Braille, Soroban, orientação e mobilidade, atividades da vida autônoma, comunicação alternativa, processos mentais superiores, programas de enriquecimento curricular, tecnologia assistiva e outros, que podemos acrescentar, o processo de desenvolvimento e aprendizagem humanos a partir de vários autores da psicologia educacional (Piaget, Vygotsky, Wallon, Freud, Skinner, e outros), o processo de desenvolvimento da escrita, o desenvolvimento psicomotor e uma infinidade de saberes e áreas do conhecimento que orientam e fundamentam seu trabalho de complementação e suplementação do aluno público-alvo do AEE.

Nesse sentido, a psicopedagogia se estrutura como uma fonte de saberes essenciais para a formação desse profissional e contribui de forma assertiva para o trabalho realizado nas escolas que possuem o atendimento educacional especializado.

Dessa forma, apresento um relato de experiência, de um aluno denominado aqui por D.E.A, de cinco anos, aluno regular do segundo período no turno da manhã em uma escola da rede municipal de ensino, e que frequenta o Atendimento Educacional Especializado no turno da tarde, e a partir de uma formação em Psicopedagogia e Educação Especial na perspectiva da Inclusão Escolar, que defini um Plano de Desenvolvimento Individual para o desenvolvimento dessa criança.

Descrição de Estudo de Caso

Para introduzir as discussões que serão relatadas nesse trabalho, fazem-se necessárias algumas reflexões acerca desse tipo de pesquisa qualitativa que é o Estudo de Caso. Para tanto, utilizaremos como referencial teórico para fundamentar essas análises, o autor Triviños (1995), que aborda a Pesquisa Qualitativa em Educação. Esse autor relata que por volta da década de 70 surgiu nos países da América Latina interesse pelos aspectos qualitativos da educação, antes restritos a uma dimensão positivista que culminava em uma postura quantificadora dos fenômenos sociais. Em oposição ao positivismo e empirismo, as pesquisas qualitativas baseiam-se na fenomenologia e no marxismo. Suas bases teóricas privilegiam a consciência do sujeito e entende a realidade como uma construção humana, assim, busca as explicações dos fenômenos sociais em suas raízes históricas de forma crítica e reflexiva. Contudo, apesar de parecerem opostas, tanto as pesquisas quantitativas como qualitativas se completam, e o autor ressalta que toda pesquisa pode ser ao mesmo tempo quantitativa e qualitativa.

Triviños no mesmo estudo descreve que entre os tipos de pesquisa qualitativa, o Estudo de Caso é um dos mais relevantes. Ele diz que na pesquisa quantitativa o Estudo de Caso caracteriza-se do ponto de vista dos dados que ele apresenta e pelo emprego desses dados em uma pesquisa, uma estatística simples, elementar.

Então, o que é o Estudo de Caso? Para melhor compreendermos, recorreremos ao próprio autor descrevendo que Estudo de Caso,

É uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma *unidade* que se analisa aprofundadamente. Esta definição determina suas características que são dadas por duas circunstâncias, principalmente. Por um lado, a natureza e abrangência da unidade. Esta pode ser um sujeito. (...) Em segundo lugar, também a complexidade do Estudo de Caso está determinada pelos suportes teóricos que servem de orientação em seu trabalho de investigador. (TRIVIÑOS, 1995, p.133-134)

Ainda segundo o autor abordado Triviños, ele cita que existem vários tipos de Estudo de Caso categorizados conforme a unidade e complexidade conforme aponta as pesquisas de Bogdan (1982). Considerando que nosso trabalho é um Estudo de Caso Psicopedagógico, a unidade que investigamos é um sujeito (uma criança de cinco anos) que apresenta laudo médico de Atraso do Desenvolvimento Neuropsicomotor, necessitando de um trabalho individual de estimulação múltipla dos sentidos e cognitiva para o desenvolvimento de suas potencialidades.

Nesse sentido, partindo desse pressuposto de que o estudo de caso psicopedagógico consiste numa investigação acerca de um problema que demanda solução e considerando o que já foi apresentado nesse artigo, que a psicopedagogia aborda os processos de aprendizagem e desenvolvimento, os casos a serem estudados se referem a aspectos

relacionados ao aprender, os possíveis obstáculos que podem interferir tanto no desenvolvimento cognitivo do sujeito, mas também nos outros aspectos que o integra como o afetivo e o social. O que mais diferencia esse tipo de trabalho é que no estudo de caso psicopedagógico o pesquisador, nesse caso, o psicopedagogo e professor do AEE, não busca apenas as causas que ocasionaram o os sintomas, mas o objetivo maior da pesquisa é a intervenção. Através do diagnóstico psicopedagógico, que é um instrumento por meio do qual se torna possível conhecer melhor o caso, pois cada situação é única e deve ser analisada especificamente, a intervenção é proposta no sentido de promover o desenvolvimento e a inclusão do educando, por isso a importância e seriedade desse trabalho.

É bom ressaltar que essa investigação leva a várias interrogações, dúvidas e desencadeiam reflexões que propiciam invenções e criações de caminhos, possibilidades e formas de se pensar e agir inovadoras. Entretanto, é preciso partir de uma fundamentação, conhecer o que já foi feito e os resultados alcançados, o que ainda está por fazer, o que já foi pensado e as lacunas existentes. Enfim, no estudo de caso há um constante intercâmbio entre o pesquisador e outros profissionais e teorias que vão iluminando o caminho e o próximo passo que o investigador deverá percorrer. Não há caminhos definidos a priori e tampouco metodologias que podem garantir o sucesso do trabalho a serem desenvolvidos, os conflitos e contradições estarão sempre presentes, pois tratamos com o ser humano que não é uma máquina programa para somente responder a estímulos dados como concebe os behavioristas. Hoje se sabe que a aprendizagem não é um processo linear porque o sujeito não é linear. Temos uma característica que nos diferencia de todos os outros seres: somos imprevisíveis. No entanto, seguir um roteiro inicial auxilia numa organização dos dados e informações necessárias ao desenvolvimento do trabalho psicopedagógico.

Objetivos do Trabalho

Objetivo Geral

- Investigar a história de vida do aluno para compreender os fatores que desencadearam a deficiência e os aspectos que necessitam de maior estímulos e intervir de maneira a propiciar o desenvolvimento desse educando frente a sua formação global, ou seja, cognitiva, social, psicológica e afetiva.

Objetivos Específicos

- Conhecer a história de vida da criança e de sua trajetória familiar;
- Fazer uma avaliação diagnóstica para avaliar o nível de desenvolvimento do aluno e as áreas que necessitam de maior estimulação;

- Criar vínculo afetivo com a criança para que ela se sinta acolhida em todas suas necessidades;
- Auxiliar os profissionais que diariamente convivem com o aluno e propor meios e recursos diversos para garantir sua inclusão plena na classe regular de ensino.

IDENTIFICAÇÃO

Abaixo descreveremos algumas características principais da criança analisada.

Nome do Aluno: D.E.A.

Sexo: Masculino

Nascimento: 29/06/2009 – 6 anos.

Série que estuda: 2º Período da Educação Infantil.

Escola que estuda: EMEI Professor Sérgio Aparecido da Silva.

Dados Específicos: O aluno foi diagnosticado por um Neuropediatra com a seguinte descrição “Atraso do Desenvolvimento Neuropsicomotor secundário e anóxia perinatal. Apresenta quadro de Hipotonia generalizada (membros inferiores) associado com dificuldade na produção da fala, necessitando de ajuda na linguagem e a comunicação”.

Outros: A mãe da criança também possui deficiência intelectual e dificuldade na fala, é cuidado pela avó materna, mas a mãe mora com a criança.

PROCESSO DE DIAGNÓSTICO PSICOPEDAGÓGICO

O processo de diagnóstico psicopedagógico é uma etapa essencial e indispensável em qualquer trabalho psicopedagógico, por consistir numa investigação, numa pesquisa referente ao desenvolvimento do sujeito, bem como avaliar o sujeito em todos os seus aspectos biológicos, psicológicos (cognitivo/afetivo), sociais (interações na família, na escola), ou seja, partindo de uma visão holística do sujeito. Analisando o todo, ampliamos a noção e visão dos aspectos que interferem na aprendizagem.

Dessa forma, o diagnóstico objetiva esclarecer, conhecer melhor a queixa que se apresenta pelos sintomas, mas não explicita as causas. Assim, um diagnóstico profundo e eficaz é o que dará a qualidade ao trabalho do psicopedagogo e este é o diferencial do trabalho psicopedagógico. Nesse sentido, o diagnóstico possibilita um maior conhecimento em relação ao aluno, permite a coleta de dados que leva à compreensão da situação do sujeito.

A ênfase do diagnóstico é, para Bossa (2000), a leitura da realidade do sujeito, e após essa leitura é que se torna possível proceder a intervenção. A autora também cita que segundo Alicia Fernandez o diagnóstico é para o terapeuta o mesmo peso que a rede para um equilibrista, pois o psicopedagogo é como o equilibrista que necessita do diagnóstico para diminuir seu medo ao apontar um caminho, uma direção. O plano de trabalho do psicopedagogo se constituirá através do diagnóstico.

Sabe-se que o diagnóstico é um processo, uma contínua atividade de pesquisa que deve ser sempre revisada, e a partir daí iniciar a intervenção, porém nunca deixando de lado a atividade investigativa de todo processo de desenvolvimento do caso. É necessário que em todo o processo haja a investigação. Bossa também relata que

A investigação diagnóstica envolve a leitura de um processo complexo, onde todas as ambiguidades de atribuição de sentido a uma série de manifestações conscientes e inconscientes se fazem presentes. Interjogam aí o pessoal, o familiar atual e o passado, o sociocultural, o educacional, a aprendizagem sistemática. O decifrar do sentido da dificuldade de aprendizagem repercute sobre o problema que estamos interpretando: a nossa linguagem sobre a linguagem da enfermidade nos leva a um compromisso, ou seja, ao diagnóstico, promotor de decisões acerca do tratamento. (BOSSA, 2000, p. 29)

Por isso, é necessário instrumentos do diagnóstico abrangentes e variados para que se consiga fazer essa leitura global do sujeito. Os instrumentos para coleta de dados devem ser flexíveis conforme cada caso, podendo ser relatórios de professores e especialistas, avaliação psicopedagógica, avaliação psicomotora, anamnese (entrevista inicial com a família), desenho livre ou dirigido, ditado, leitura, jogos, atividades psicomotoras, dentre outros, conforme se fizer necessário. Contudo, segundo a autora Bossa (2000) “mais importante que os instrumentos utilizados é a atitude do profissional frente à mensagem do cliente, (...) ou seja, o olhar e o escutar para decifrar a mensagem do jogo, de um gesto, de uma recusa.” (p.102)

Nesse trabalho, utilizamos os seguintes instrumentos para avaliar o caso:

- Anamnese (entrevistamos a mãe e avó do aluno);
- Entrevistas informais com pedagogas, direção e professoras da escola;
- Observação;
- Diagnóstico motor, da linguagem oral, jogos pedagógicos diversos de raciocínio lógico, atenção;

ANÁLISE DO DIAGNÓSTICO

Através da anamnese, pudemos verificar que a mãe do aluno teve diabetes gestacional a partir do 4º mês, queda de pressão frequentemente, muito baixa, depressão pós-parto. Após

o nascimento da criança, a mãe também teve adenoma de hipófise, (coágulo ao lado direito) que fez a produção do leite não parar, teve que tomar muitos medicamentos. O aluno D.E.A nasceu com oito meses de gestação, a mãe percebeu que ele tinha parado de se mexer no seu ventre, e, ao nascer, não se alimentava, teve falta de oxigênio no cérebro, nasceu com a perna esquerda grudada para trás, ficou na UTI neonatal por 172 dias e até 6 meses com equipamentos e enfermeira domiciliar, se alimentava com sonda, balão de oxigênio, nasceu com 1755kg e 44cm. Teve refluxo até 2 anos de idade, quando mamava, saía alimento e o leite especial pelo nariz.

O pai não tem contato com a criança, mora em Brasília. A mãe do Davi também teve problemas ao nascer, ficou na UTI (cianótica) engasgava muito, nasceu de cesária com o cordão umbilical no pescoço, faltou oxigênio, fez fisioterapia um ano, teve atraso motor, falou com mais de um ano também. Apresentou dificuldades na escola, em todas as disciplinas, atraso no desenvolvimento motor, encurtamento do pé, é aposentada por invalidez e necessita de ajuda da mãe para cuidar do seu filho.

Atualmente, a criança possui intolerância à lactose, soja, trigo, amendoim, é muito agitada ao dormir, acorda todas as noites. Ele sustentou a cabeça com quase 1 ano, sentou com 1 ano, não engatinhou, arrastava o bumbum no chão. Ficou de pé com 5 anos e andou com no início desse ano com 5 anos e meio, ainda está adquirindo habilidade motora. Ainda apresenta hipotonia nos membros inferiores, agora com maior mobilidade e destreza, não tem força nas mãos para segurar objetos e alimentar sozinho (no início do atendimento, pois o aluno já apresenta excelentes evoluções motoras).

Utilizando processos lúdicos de contação de histórias, caixa de linguagem com figuras diversas, cantigas populares, verificou-se que o aluno não emite nenhuma palavra verbal convencional à língua portuguesa, apenas balbucia alguns sons e monossílabos difíceis de serem compreendidas.

Através dos jogos pedagógicos, identifica-se que o aluno não reconhece cores, ainda não possui coordenação motora fina bem desenvolvida, tem dificuldade em jogos que envolvem concentração e atenção, mas não fazia nenhum acompanhamento nos anos anteriores.

Também foram realizadas conversas com as professoras do aluno, coordenadora pedagógica que relataram a dificuldade de comunicação com o aluno, da interação com os colegas, da permanência do aluno dentro da sala de aula e para tentar realizar as atividades propostas.

Diante de todo o período de observação, anamnese, conversas informais e diagnósticos direcionados, foi elaborado um Plano de Desenvolvimento Individual para o aluno, buscando abranger todos os aspectos emocionais, cognitivos, sociais e motores, para que este aluno se desenvolva plenamente e participe de toda a rotina escolar e tenha cada vez mais autonomia para realização das atividades da vida diária.

Segue abaixo o PDI planejado para o aluno:

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL (PDI)

Nome do aluno: D. E. A.

PLANO DE AEE – Atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor secundário a anóxia perinatal, hipotonia dos membros inferiores.	
1 – Identificação do Aluno	
Nome: D. E. A. Idade: 5 anos Data de Nascimento: <u>29/06/2009</u> Série: 2º Período Turno: Manhã	
Aspectos	2- Características do Aluno
Afetividade	Criança muito carinhosa, sorri, brinca, responde aos estímulos e brincadeiras, convive bem com todos os funcionários da escola e com os colegas. Gosta de ser elogiado e parabenizado pelos acertos, também é muito carinhoso com os familiares.
Socialização	A criança está iniciando o desenvolvimento da linguagem oral convencional, o que dificulta a socialização na escola, mas expressa bem suas vontades, socializa gostos, preferências, brinca com colegas de sala.
Cognição ↓ Percepção Atenção Memória Raciocínio	O aluno possui atraso intelectual, mas está em constante desenvolvimento de suas habilidades cognitivas, executa instruções simples, permanece atento por alguns minutos em atividades específicas, faz correspondências simples de objetos similares, empilha blocos, monta objetos com blocos lógicos.
Linguagem	Identificamos um desenvolvimento inicial da fala convencional, algumas palavras simples já são compreendidas.
Motricidade	O aluno nasceu com hipotonia dos membros inferiores, mas começou a andar esse ano, movimenta-se bem, corre e pula com auxílio, sobe e desce escadas, percebemos constante desenvolvimento motor dessa criança.
Família	A criança mora na casa dos avós maternos e com sua mãe que também possui ANPM e fez acompanhamento em sua fase escolar. Não possui contato com o pai atualmente e com a família paterna.
3- Tipo de Problema	
Atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor; atraso na fala; na coordenação motora fina e grossa.	
4- Objetivos	
Na área afetiva: Desenvolver a autonomia da criança, para que seja capaz de tomar decisões sozinha,	

expressar seus sentimentos e dos colegas, manter-se motivado nas atividades da sala regular;

Na área social: Estabelecer interações com os adultos e seus pares com linguagem oral e corporal; desenvolver práticas de cooperação, cumprimento das regras sociais, o auto-cuidado e altruísmo.

Na área psicomotora: Desenvolver todas as habilidades psicomotoras: Esquema corporal (reconhecer em si e no outro todas as partes do corpo humano, se reconhecer no espelho), equilíbrio e tonicidade (ao andar, pular, correr sem dificuldade, ultrapassar obstáculos diversos, força nos membros superiores e inferiores), lateralidade (perceber que seu corpo possui dois lados, utilizar ambos os lados do corpo em atividades motoras e brincadeiras lúdicas), capacidade perceptiva (visuais, táteis, auditivos, lingual, termo-táteis), noção de espaço-tempo, coordenação motora global e coordenação motora fina, coordenação viso-motora necessárias para a sua etapa de desenvolvimento. Para isso, serão realizados desenho do próprio corpo (autorretrato com diversos riscantes e formas), músicas com gestos que acompanham as partes do corpo humano, quebra-cabeça do esquema corporal, brincadeiras cantadas diversas, jogo de boliche, basquete, túnel, percurso, amarelinha, tábua de equilíbrio, vai-e-vem, carimbada, alinhavo, blocos de encaixe, instrumentos musicais e diversas outros jogos e brincadeiras em grupo e individuais.

Na área cognitiva: Conhecer o mundo que o cerca e intervir sobre ele; expressar-se através da linguagem oral, simbólica, do desenho, da brincadeira, do faz-de-conta, da imitação, das artes; desenvolver a atenção, concentração, raciocínio lógico e memória, enfim, que o aluno desenvolva habilidades para executar bem suas atividades da vida diária de forma autônoma, conforme suas possibilidades.

AVD's: Possibilitar momentos para que o aluno consiga realizar suas atividades da vida diária com autonomia, demonstrando seus desejos e escolhas.

5- Organização do atendimento

Dois horários semanais de 50 minutos cada, realizados no contraturno, às segundas-feiras. No Segundo semestre, dois horários de 50 minutos cada na segunda-feira e dois horários de 50 minutos cada na quarta-feira.

6- Atividades a serem desenvolvidas no atendimento ao aluno e recursos

Caixa de linguagem com diversas gravuras, pranchas de comunicação alternativa, semáforo dos sentimentos, rotina diária, enfim, ampliação e desenvolvimento da comunicação;

Caixa de recursos sensoriais: com objetos que propiciam atividades de alinhavo, jogos lógicos que envolvem a memória, raciocínio lógico, coordenação motora fina e grossa, tesoura, revistas, materiais com texturas diversas, entre outros;

Recursos pedagógicos: caderno para desenvolvimento de atividades pedagógicas, letras móveis, livro de formas e cores, tintas, canetinhas, palitos de picolé para jogos matemáticos concretos;

Atividades na área externa para desenvolvimento da coordenação motora grossa: Motocas, túnel, amarelinha, percurso, obstáculos, escadas, parquinho, boliche, etc.

Atividades lúdicas como contação de histórias, momento musical, bandinha, fantoches, fantasias.

Desenho, autorretrato, desenho com giz, atividades para desenvolvimento das noções do esquema corporal da criança.

7- Tipos de parcerias

O aluno não faz nenhum outro acompanhamento específico, portanto, as parcerias são com a classe regular do aluno, com todos os profissionais que convivem com a criança.

8- Profissionais que receberão orientação do AEE

Professora regente 1 e regente 2, cuidadores, coordenação pedagógica. Todos os profissionais da escola.

9- Avaliação dos resultados
A avaliação será feita semestralmente conforme desenvolvimento das atividades e alcance dos objetivos propostos.
10- Resultados esperados
O desenvolvimento gradual conforme suas potencialidades das atividades da vida autônoma, das capacidades social/afetiva, perceptiva/sensorial, cognitiva/memória/atenção/concentração, linguagem oral/comunicação.
11- Reestruturação do plano
O plano será reestruturado semestralmente ou sempre que for necessário mediante alcance dos objetivos.
12 - Algumas Referências Bibliográficas
<p>BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de Novembro de 2011, que dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.</p> <p>LUNARDI. Robson. Jogos e Brincadeiras para deficientes. Disponível em http://pt.slideshare.net/robslunardi/jogos-e-brincadeiras-para-deficientes, acessado em Abril de 2015.</p> <p>RODRIGUES, Cíntia. Formas criativas para estimular a mente de alunos com deficiência. Artigo disponível na web: http://revistaescola.abril.com.br/formacao/formas-criativas-estimular-mente-deficientes-intelectuais-476406.shtml, acessado em Abril de 2015.</p> <p>Pesquisa nos sites: www.cirandacultural.com.br e www.cirandainclusao.com.br</p>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Psicopedagogia é uma das áreas da Ciência que pautada na Psicologia e Pedagogia, além de outras áreas do conhecimento como a Psicanálise, a Linguística, a Sociologia, a Fonoaudiologia e a Neurologia, pesquisam os problemas decorrentes do processo de ensino-aprendizagem. Por ser interdisciplinar, ela abrange um estudo holístico do homem, ou seja, a Psicopedagogia vai aprofundar sua investigação partindo de uma visão global do ser biológico, emocional, psicológico, cognitivo e afetivo que constitui o homem.

Portanto, sua contribuição é de grande valia para o processo de ensino-aprendizagem, visto que seu objeto de estudo é justamente esse processo e como ele ocorre no aluno, pois a Psicopedagogia vai pesquisar, investigar para diagnosticar e analisar os sintomas para identificar as causas dos problemas que ocorrem no processo ensino-aprendizagem para poder intervir sobre estes de maneira preventiva e terapêutica.

A Psicopedagogia Institucional é aquela que vai atuar nas instituições escolares, empresariais, hospitalares, familiares dentre outras. Seu caráter de atuação é mais preventivo, pois ela vai considerar o sujeito com o seu meio sócio-econômico, político, as relações de aprendizagem, as relações nas organizações buscando uma intervenção para facilitar a aprendizagem assim como também atua em problemas já instalados, por exemplo, uma dificuldade de aprendizagem.

Portanto, essa área de conhecimento tem demonstrado grande contribuição no que se refere ao ato educativo, na prevenção e intervenção de todos os problemas que interferem nesse processo, sejam eles de ordem cognitiva (os distúrbios de aprendizagem) ou de ordem afetivo-comportamental (que são os indisciplinados, os portadores de TDAH - Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade).

O público-alvo do atendimento educacional especializado engloba todos os alunos da educação básica e superior com deficiência física, intelectual, mental ou sensorial; alunos com transtornos globais do desenvolvimento, ou seja, espectro autista, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação; alunos com altas habilidades e superdotação.

O atendimento educacional especializado não é um serviço substitutivo à escolarização, é um atendimento especializado que visa atender às necessidades individuais, auxiliando essa população no acesso, permanência e inclusão na escola. O AEE engloba atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados, portanto, para que o profissional possa direcionar seu trabalho da maneira mais assertiva o possível, conhecendo o aluno, suas potencialidades e dificuldades a serem superadas, necessita de um aporte da psicopedagogia bem como outras áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSSA, Nadia A. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2.ed. 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal. 1988.

BRASIL, **Decreto nº 6.571**, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC/SEF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008

GRIZ, Maria das Graças Sobral. Ética. IN: BOMBONATTO, Q.; MALUF, M.I (orgs.). **História da psicopedagogia e da ABPp no Brasil: fatos, protagonistas e conquistas**. Rio de Janeiro – RJ: Wak Ed., 2007, p. 75-80.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

SCOZ, Beatriz. **Psicopedagogia e realidade escolar: o problema escolar e de aprendizagem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo – SP: Atlas, 4.ed.1995.